

aqueles que o acusaram e o colocaram na cadeia, porque isso não pode continuar acontecendo.

A corregedoria diz que a única prova de que dispõe é o reconhecimento pessoal, porém esse reconhecimento não está se concretizando e o PM está sendo colocado em liberdade. O reconhecimento pessoal citado pela Polícia é de um suposto sobrevivente da chacina. Aliás, ele se diz sobrevivente.

Sr. Presidente, não foi apresentada nenhuma prova de que essa testemunha realmente tenha sobrevivido à chacina ou que, ao menos, tenha estado lá. Essa testemunha simplesmente acusou um PM e agora sumiu. Não se consegue provar. Conclusão: o PM foi encarcerado e perdeu quase 40 dias da sua vida por que alguém se sentiu no direito de acusá-lo.

Nem assaltante de banco nem matador de polícia e criança passam por essa situação, mas o policial militar passa. Basta alguém acusá-lo para que ele seja recolhido preso. É uma verdadeira fábrica de falsas testemunhas. Hoje, o crime organizado sabe que pode pagar qualquer pessoa ou inventar qualquer testemunha para falar mal de um PM e esse policial vai preso.

É isso que está acontecendo. Os policiais militares estão sendo presos sem provas. Sr. Presidente, a matéria diz: “ a quebra dos sigilos telefônicos não ajudou a colocar o policial na cadeia”. Sabem por quê? Porque não foi encontrada nenhuma ligação do soldado preso com os demais policiais investigados.

Isto é, não há nada contra esse policial, mas mesmo assim ele foi preso. O celular do Eleutério foi utilizado na casa de sua noiva, às 22 horas e 36 minutos do dia do crime. Os ataques, segundo a Polícia, foram das 20 horas e 30 minutos até as 23 horas e 30 minutos, ou seja, está comprovado que, no horário dos crimes, ele estava na casa da noiva.

Não bastasse isso, os depoimentos da noiva e da mãe dele confirmam que ele estava em casa. Contudo, a corregedoria teima em afirmar que isso não é verdade. O testemunho da mãe e da noiva é suspeito, porque elas são parentes do PM.

Isso é interessante. Quando é parente do PM, o testemunho é suspeito. Quando é parente do bandido, é válido. Sr. Presidente, que Justiça é essa? Que democracia é essa que está colocando policiais na cadeia e bandidos nas ruas?

Falo sobre bandido na rua por causa de outra notícia que me surpreendeu hoje. “STF concede a Genuíno perdão pela pena de reclusão.” Sr. Presidente, o José Genuíno foi condenado por roubar o povo brasileiro, ganhando milhões nas costas do povo. Ele foi condenado a quatro anos e oito meses de prisão.

Na realidade, ele ficou preso por pouco tempo. Foi preso em 15 de novembro de 2013 e, logo depois, transferido para prisão domiciliar, devido a problemas de saúde. Em seguida, voltou para a prisão e ficou por mais três meses.

Passados esses meses, ele foi para casa de novo, ficando em prisão domiciliar. O senhor sabe onde ele está preso? Em uma casa de um condomínio fechado em Brasília. Que sofrimento! Notem como esse homem está sofrendo. Ele roubou o Brasil, mas está preso na casa dele, em um condomínio fechado.

Se qualquer cidadão que nos assiste cometesse tais crimes, eu queria ver onde ele iria bater com as costas. Não bastasse isso, a presidente Dilma assinou o perdão judicial para o Genuíno. Ele ainda estava devendo três anos e quatro meses de pena, mas não irá mais cumpri-la.

Esse é o país que põe polícia na cadeia e ladrão na rua. Depois querem falar que a Segurança pública está ruim. Irá continuar ruim. Sabe por quê? Porque este País não é sério. De Gaulle já falava: “o Brasil não é um país sério.” Todos criticaram Charles de Gaulle quando disse isso.

Aqui está a prova: bandido sendo liberado e policial sendo preso. Sabem por que ele foi preso? Por ser um policial militar. Se fosse um bandido qualquer, ele não teria sido preso, mas o fato de ele vestir uma farda já o coloca sob suspeição.

Bandido está na rua e polícia está na cadeia. Hoje, para o policial militar abordar o cidadão, só falta ter que pedir e ajoelhar no chão. O bandido, com um fuzil, atira no policial. Se o policial resiste e atira contra o bandido, vem um bando de hipócritas para perguntar se aquilo era necessário.

Era sim, porque ele estava atirando na polícia. Infelizmente, alguns erros foram cometidos, como acontece em todos os serviços. Somos em 90 mil homens e mulheres na Polícia Militar. Se 10, 20 ou 30 erram, isso não significa 0,01% do nosso efetivo. Não podemos condenar a corporação e colocá-la numa posição difícil por causa de alguns poucos policiais. Venho aqui falar do disparate que estão fazendo com os policiais militares - cabos, soldados e sargentos sendo presos injustamente, acusados injustamente. Seus nomes e fotos estão no jornal. Eles são casados, têm filhos, e estão saindo no jornal como bandidos. Quem vai pagar por isso? Espero que o soldado Fabrício seja inocentado de tudo isso e entre com uma ação de danos morais contra todo mundo que o acusou e deixou seu nome ser exposto dessa maneira. Espero que ele ganhe um dinheiro em cima dessas pessoas, pois elas merecem, tendo em vista os absurdos que fizeram.

Aproveito a oportunidade para dizer que estamos aguardando o “ciclo completo de polícia”, uma das necessidades para melhorar a Segurança pública no estado de São Paulo. E pedir ao governador que se lembre dos policiais militares no reajuste salarial mais do que atrasado, que era para ter acontecido no começo do ano. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Deputado Coronel Telhada, quero me solidarizar com o Fabrício e sua família. É uma injustiça escancarar psicologicamente a vida da pessoa e sua família. Infelizmente, depois não acontece nada. O deputado tem toda a razão. Tem que entrar na Justiça, pedir danos morais. A família poderia ir às ruas fazer essa cobrança. Nossas autoridades precisam ter um pouco de responsabilidade, não podem colocar na cadeia simplesmente por pressão de alguns supostos defensores de direitos humanos de bandido.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Teonillo Barba. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Célia Leão. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Turco. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Pausa.)

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alesp, estou voltando à tribuna após a ida a Campos de Jordão. Lá, houve um congresso da Abead - Associação Brasileira de Estudos de Álcool e Drogas -, cuja presidente é Ana Cecília Marques. O congresso começou dia 23 e termina dia 26 agora. Estive na abertura. Tivemos lá a presença do prefeito de Campos de Jordão, Frederico Guidoni; do ex-prefeito, Lélío Gomes; do representante do Senad, Leon Garcia, e também do deputado federal Vanderlei Macrís, que tem uma luta grande

em relação ao álcool. Seu filho é deputado aqui: Cauê Macrís, líder do Governo.

Os telespectadores, se tiverem a oportunidade, poderiam ir a Campos do Jordão, onde temas importantíssimos estão sendo tratados a respeito de alcoolismo e drogas ilícitas, que atingem a todos nós direta ou indiretamente.

O ex-prefeito, Lélío Gomes, em sua intervenção, na abertura, disse que o álcool em nosso País é como o Tsunami. Tsunami é aquela onda gigantesca que arrasou o leste do Japão. Uma onda como o álcool para os jovens de nosso País. O álcool está na porta dos colégios e faculdades, nas casas, embebedando.

Os jovens bebem em demasia, como se fosse uma epidemia, como se fosse uma onda gigantesca que arrasa nossa juventude, nossa sociedade. É o Tsunami citado pelo ex-prefeito Lélío Gomes.

Quero falar de outro assunto, que acho extremamente importante, as câmeras de segurança. Essas câmeras são importantíssimas para detectarmos e esclarecermos certos delitos, crimes, assaltos, assassinatos, estupros. Eu aprovei, junto com meus nobres pares, o projeto das câmeras de segurança em pontos estratégicos, onde há ocorrência de delitos. Quero agradecer o nobre deputado Ramalho da Construção, que preside esta sessão e o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo apoio ao projeto.

O governador Geraldo Alckmin sancionou e vai fazer um convênio com a Polícia Militar, que vai monitorar essas câmeras de segurança, junto com os radares. Quando, por exemplo, um carro passa na Marginal, na Av. São João, na Bandeirantes, na Paulista ou na Rubem Berta, há uma câmera ou um radar. Se passar um carro roubado, ele já é detectado.

A Polícia Militar na cabine monitorando já irá avisar e a viatura mais próxima irá interceptar esse veículo, que provavelmente é de assaltante e deve ter metralhadoras e armas, que tanto infelicitam a vida das pessoas.

Essas câmeras são importantes, porque ajudam a polícia. O “Projeto Detecta”, que não está instalado ainda, vai ajudar a todos nós. Há uma reportagem no jornal “Folha de S. Paulo” desse fim de semana, dizendo que o “Projeto Detecta” ainda não foi instalado. Gostaria que fosse exibido um vídeo sobre o tema.

\*\*\*

- É feita a exibição do vídeo.

\*\*\*

Assalto à luz do dia, bem grifado pelo âncora. Quero dizer que isso constrange a todos nós. E aquele assaltado. Eles estava na rua e, de repente, roubam o celular dele e o deixam a pé. O sujeito fica atônito, fica indignado, revoltado, constrangido, envergonhado.

Vivemos em um País assim, e fica assim, nobre deputado Ramalho da Construção. Não se faz blitz do desarmamento, que nós pedimos. É preciso examinar esses carros. Os caras roubaram um carro, foram roubar outro, dentro desse carro havia armas. Se a polícia interceptasse esse indivíduo e tirasse a arma, queria ver ele roubar. O marginal não rouba sem arma.

Quero finalizar dizendo que precisamos colocar o mais rápido possível essas câmeras. Já existem as câmeras. O nosso projeto é que seja feito um convênio com essas câmeras que estão na Av. Paulista, nas empresas, nas ruas, nas avenidas, nas marginais, onde há câmeras de particulares, inclusive. É o projeto Detecta, em que se mobiliza a polícia.

Imaginem que esse cidadão filiou o assalto, mas, se houvesse uma câmera lá, ajudaria a esclarecer, como a filmagem desse morador vai ajudar a esclarecer, porque tem placa, tem imagem, tem tudo. Assim espero, pelo menos.

Tenho grande preocupação. Vivemos na maior cidade do Hemisfério Sul. Vivemos no estado de São Paulo, o estado mais forte. Aqui temos que nos organizar. Aqui fui vereador durante 28 anos. Aqui sou deputado e aqui reclamo.

Neste Estado, temos que fazer blitze de desarmamento e tirar as armas dos marginais - porque as armas dos cidadãos de bem já foram tiradas. São essas armas que infelicitam as pessoas. Com essas armas eles assaltam e praticam delitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente Ramalho da Construção, deputado Jooji Hato, de volta a esta tribuna, eu gostaria de também manifestar o nosso repúdio e a nossa perplexidade com o anúncio feito ontem pelo secretário estadual de Educação do governo Alckmin em relação a um projeto que foi lançado, chamado de “Reorganização da Rede Estadual”.

É um programa semelhante ao que foi apresentado na década de 1990 pela ex-secretária Rose Neubauer, que colocou em curso no estado de São Paulo a famosa municipalização compulsória do Ensino Fundamental, dividindo famílias, transferindo professores em professores adidos.

Agora, estamos discutindo o Plano Estadual de Educação, que acabou de chegar à Assembleia Legislativa. O Governo protocolou recentemente um projeto para ser debatido, de forma que pudéssemos aprofundar a elaboração de uma proposta, de uma política educacional para o estado de São Paulo.

No entanto, de atropelo, o Governo lança um programa que não está incluso, não é citado no Plano Estadual de Educação. É um programa que vai movimentar mais de um milhão de alunos da rede estadual e vai mexer com todo o Magistério estadual, com 250 professores. É mais uma decisão extremamente perversa, que vai prejudicar ainda mais professores, alunos e famílias da rede estadual.

O que o Governo chama de “reorganização” os professores estão chamando de “desorganização da rede estadual”, que vai fragmentar ainda mais o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Os professores estão apreensivos e, logicamente, se movimentando contra a implantação desse projeto.

Tenho certeza de que o Governo não tem nada para oferecer na área da Educação. Não tem um projeto. Não investe na valorização dos servidores da Educação, na formação continuada, na melhoria da estrutura física e material das escolas. O Governo fica criando alguns factoides. Esse é mais um factóide. É algo irrelevante para este momento que estamos vivendo na rede estadual. Por isso, os professores estão criticando e se mobilizando contra a implantação dessa chamada reorganização da rede.

Sr. Presidente, deputado Ramalho da Construção, V. Exa. é um sindicalista e defende os trabalhadores da construção civil. O governador anunciou, nesta semana, por meio do seu secretário de Educação, o secretário Herman, que realmente não haverá reajuste salarial, que a data-base salarial não será respeitada no ano de 2015.

Ou seja, esse anúncio do governo, nesta semana, coloca claramente para todos nós que o governo mentiu o tempo todo no semestre passado, durante a greve dos professores, a maior greve histórica do Magistério paulista, uma greve de 92 dias. O Governo, no final da greve, comprometeu-se com a opinião pública, com a imprensa, com a Assembleia Legislativa e, sobretudo, com o Magistério estadual em encaminhar um projeto de lei para esta Casa reajustando os salários dos servidores durante quatro anos. Isso não aconteceu. O projeto de lei não chegou à Assembleia Legislativa. Ele prometeu para julho, estamos praticamente encerrando o mês de setembro e o projeto não foi protocolizado ainda e semanalmente estamos cobrando na tribuna, na Comissão de Educação, enfim, em todos os espaços da Assembleia Legislativa o reajuste e o encaminhamento deste projeto e de outro que foi prometido pelo governo durante a greve em relação aos professores categoria O. O fato é que nada disso aconteceu e agora o governo praticamente assume que mentiu e que não vai reajustar os salários.

Se já tivemos uma greve de 92 dias, provavelmente teremos uma outra mais longa ainda se o governo mantiver essa

posição de continuar confiscando os salários dos professores, dos servidores da Educação não cumprindo a data-base salarial que é representada pela Lei 12.391, de 2006, lei aprovada aqui na Assembleia Legislativa. Ao mesmo tempo ele afronta o Art. 37 da Constituição Federal, que obriga os três entes federativos a concederem pelo menos a reposição das perdas salariais aos servidores públicos. Portanto, está afrontando o Art. 37 da Carta Magna mais a lei estadual aprovada nesta Casa em 2006. Nós vamos continuar denunciando enquanto o governador não cumprir a data-base salarial e outras leis que não são respeitadas principalmente na área da Educação, como a lei da jornada do piso, uma lei federal não respeitada pela Secretaria da Educação, a Meta nº 17 do Plano Nacional da Educação que também não é respeitada, enfim, em muitos aspectos a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional não é respeitada aqui pela Secretaria da Educação.

Continuaremos denunciando e cobrando exaustivamente o cumprimento da lei acionando o Ministério Público, acionando a Justiça, sobretudo as organizações sociais, para que haja o cumprimento pelo menos da legislação.

Deixo aqui, mais uma vez, meu repúdio ao anúncio feito pelo governo de que não haverá reajuste para os professores, que já estão com os salários arrochados, defasados, que trabalham em péssimas condições de trabalho na rede estadual, que são vítimas da superlotação de salas, da falta de segurança, da falta de um plano de uma carreira, de uma reestruturação da carreira do Magistério, uma promessa do governo de 2011 não cumprida até agora. Este o cenário em que os professores estão trabalhando. Fora isso, esse anúncio agora de que não haverá reajuste salarial. Isso é muito grave e vamos continuar reagindo aqui em todos os espaços da Assembleia Legislativa.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental, antes, porém, de levantar a sessão por acordo de lideranças, a Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de homenagear a cultura gospel.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 14 minutos.

\*\*\*

## 28 DE SETEMBRO DE 2015

### 110ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidentes: JOOJI HATO e CORONEL TELHADA**
**Secretário: CORONEL TELHAD**

#### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão. Parabeniza a cidade de Vargem Grande do Sul pelo seu aniversário.
2 - CORONEL TELHADA
Reivindica aumento salarial para os servidores da Segurança Pública do Estado, de acordo com o índice de inflação. Lê carta de professora da Rede Estadual de Ensino em “duzentena”, que relata as dificuldades enfrentadas pelos profissionais temporários da categoria “O”. Pleiteia a revisão da situação dessa classe profissional pela Secretaria de Educação.
3 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência.
4 - JOOJI HATO
Deseja sucesso à senadora Marta Suplicy, filiada ao partido do PMDB recentemente. Manifesta gratidão à ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy por ter regulamentado leis municipais de sua autoria. Tece considerações acerca do consumo de álcool e drogas no País. Destaca a importância de medidas de prevenção do alcoolismo entre jovens.
5 - JOOJI HATO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
6 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 29/09, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão solene hoje, às 20 horas, com a finalidade de “Comemorar o Dia da Polícia Civil”. Levanta a sessão.
\*\*\*
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.
\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.
\*\*\*

- Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre Deputado Davi Zaiia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Jooji Hato. (na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada, pelo tempo regimental de cinco minutos. Antes, porém, esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar o aniversário da cidade de Vargem Grande do Sul, dia 26 de setembro, neste último sábado. Desejamos à cidade de Vargem Grande do Sul muito sucesso, desenvolvimento, muita alegria e que comemorem com muita segurança, que é a qualidade de vida que tanto almejam. A todas os municípios da cidade de Vargem Grande do Sul, muita felicidade e muito sucesso. Com a palavra o deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Jooji Hato, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, funcionários desta Casa, novamente eu venho à tribuna para mais uma vez solicitar que o Governo do Estado se lembre de seus funcionários públicos. Estamos numa situação muito difícil em todo o País, e o funcionalismo público em geral também passa por seus perrengues, precisando ser lembrado.

Eu, como oficial da Polícia Militar, não posso deixar de, todo dia, solicitar ao Sr. Secretário, tendo em vista que foi um dos primeiros contatos que fizemos com o secretário da Segurança Pública, no sentido de que, junto com as associações da Polícia Militar, levasse ao Sr. Governador uma reivindicação de um possível aumento salarial, no mínimo uma reposição de 10%, tendo em vista que é o que está atingindo nossa inflação.

Esperamos que o Sr. Secretário tenha ouvido nosso pleito, esteja imbuído desse espírito de ajudar as polícias, e leve ao Sr. Governador tal solicitação.

Mas hoje, Sr. Presidente, trago aqui um email que uma município me encaminhou, e que passarei a ler. Não é da área da Segurança, mas da área da Educação, um problema sério por que a área da Educação vem passando, e eu me sensibilizei. É um email da Mariana Garcia de Aguiar, que assina como “professora deseperada”.

“Boa tarde, coronel Telhada. Sou professora da rede estadual desde 2009, como eventual. Porém, em 2013, consegui ter aulas atribuídas e, assim, um contrato de dois anos com o Estado, que será encerrado agora, em 2015. Com o encerramento do meu contrato, terei que ficar 200 dias sem dar aula, a chamada “duzentena”.

Essa situação não é só minha. Na escola onde leciono, somos 10 professoras nessa situação, isso porque nossa escola é pequena. Sempre fui substituta de alguém. Todos esses anos estou no lugar de uma professora com síndrome do pânico, que dificilmente voltará para a sala de aula. A situação dos professores é muito difícil. São poucos que ainda têm coragem de continuar, e o governo ainda quer tirar esses que têm coragem.

Meu marido é 1º sargento da Polícia Militar, tem 23 anos de profissão. Fui soldado temporário por dois anos, mas a formação é na área de Letras.

Pergunto a V. Exa.: como minha família vai viver por seis meses, sem meu salário? Ajudo meu marido. Tenho uma filha de dois anos, e preciso trabalhar, deputado. O senhor luta pelas causas nobres, eu sei disso, porém, peço encarecidamente, que interceda pelos professores categoria “O”, que estão nessa situação de “duzentena”. Vai ser difícil sem os poucos professores eventuais que a rede estadual ainda tem.

Aguardo um retorno.”

Sr. Presidente, peço que seja encaminhado este meu pronunciamento ao Sr. Secretário da Educação, Dr. Herman, e ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja revista a situação desses professores da categoria “O”. Sinceramente, não entendo por que o professor, encerrado o seu contrato, é obrigado a ficar 200 dias sem dar aulas. Ou seja, está condenando a pessoa a ficar seis meses sem trabalhar. E nós sabemos da carência que temos de professores, sabemos da carência da Educação, não só no estado de São Paulo.

Aqui não vai crítica a ninguém, Sr. Presidente. Não sou de ficar criticando pessoas, mas todos temos que pôr a mão na consciência, como cidadãos que somos, que já fomos crianças e jovens, estudamos, fizemos cursos básicos e profissionalizantes. Sabemos da necessidade que temos de uma educação adequada.

Eu, que sou da área de Segurança, sei principalmente que quanto mais educação tivermos, menos crimes nós teremos. É necessário que a Secretaria da Educação volte seus olhos para esse problema. Quem pede é um deputado do PSDB, um deputado da situação, um deputado do partido do Governo do Estado.

Vejam bem que isto não é uma crítica, é uma solicitação feita no sentido de ajudar não só esses nobres funcionários públicos, a categoria dos professores, mas pensar na Educação como um todo no estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra a nobre deputada Leclir Brândão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.)
\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

Nós estivemos no Tuca - Teatro da Pontifícia Católica - em um ato da filiação partidária da ex-prefeita, hoje senadora, Martha Suplicy, do PMDB. Foi um evento maravilhoso em que estava presente o vice-presidente da República, o presidente nacional, Dr. Michel Temer. Estavam presentes também o presidente do Senado, Renan Calheiros; o deputado federal Eduardo Cunha, líder do PMDB no Congresso Nacional e na Câmara; vários governadores e ministros; senadores; deputados estaduais, federais e vereadores.

Eu nasci no MDB e quero desejar boas-vindas à nossa senadora Martha Suplicy, que veio se juntar a nós para buscarmos, juntos com todos os que lutam, um país melhor, mais democrático, mais justo e sem corrupção.

Quero desejar muito sucesso à senadora Martha Suplicy. Ela era militante do MDB. Eu, como vereador, e o senador Eduardo Suplicy, que era do MDB e, depois PT, estivemos juntos na Câmara Municipal de São Paulo - ele era o presidente e eu, o vice. Nós lutamos muito juntos.

Quero deixar um agradecimento especial à nossa querida senadora.

A Lei Seca - também chamada Lei do Silêncio, Lei Fecha Bar, Lei dos Botecos - é uma lei municipal. A grande mídia batia muito neste deputado que, na época, era vereador. Eu apanhei muito da grande mídia. Ela dizia que esse projeto era inúcio, que ele não resolveria nada, e que era um projeto municipal. Hoje, depois de aprovado, o projeto foi regulamentado pela senadora Martha Suplicy. Ela regulamentou a minha lei que se tornou realidade.

Eu quero, de viva voz, agradecê-la e, por isso, eu tenho um sentimento de gratidão por ela. Era uma lei municipal que se tornou uma lei nacional e, hoje, a gente sabe do tamanho do benefício que ela traz.

Eu estava no congresso da Abead, em Campos do Jordão, nos dias 23 ao 26. Era um congresso sobre o álcool e outras drogas. Lá, eu senti mais ainda a importância desse projeto tão simples que eu aprovei na Câmara Municipal de São Paulo e se tornou uma lei nacional regulamentada pela então prefeita Martha Suplicy.

Venho aqui, mais uma vez, agradecê-la e reconhecer a minha gratidão pelo fato de ela ter regulamentado essa lei que se tornou como uma caixa de ressonância para o país inteiro. Hoje, quase todas as cidades adotaram essa lei.

Hoje as nossas famílias estão envolvidas, direta ou indiretamente, com esse grande consumo de álcool e drogas nesse País. Nós somos o segundo maior consumidor de álcool, o segundo maior produtor e consumidor de álcool. Oxalá, Deus permita que não, que este País seja campeão de produção de leite, de suco de laranja, outras bebidas e não da bebida alcoólica porque ela é como tsunami, uma onda gigantesca que leva os nossos jovens estudantes para os botecos, às calçadas para se embebedarem. Essa onda assola a nossa juventude arrebatando a sua família. Leva esses jovens a se drogarem, levando-os à morte. Como médico, sei da gravidade de tudo isso.

Quero dizer aos prefeitos deste Estado e deste País que se conseguirem fazer com que jovens não bebam na sua cidade através de palestras, convencimentos, reuniões, serão os melhores administradores. Quem cuida dos nossos jovens, nossos futuros herdeiros, estará cuidando da vida, do futuro deste País. Este País não vai ser forte e desenvolvido com os nossos jovens se embebedando e se drogando.